



JUSTIÇA FEDERAL NO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA DA DIREÇÃO DO FORO

Nº17/2020

Regulamentação da Nota Técnica 008/2019, objeto do Tema 31 do Centro de Inteligência, sobre a instrução unificada de processos.

CONSIDERANDO o Princípio da Cooperação estampado no artigo 6º do Código de Processo Civil de 2015, que autoriza aos sujeitos processuais a cooperação entre si, objetivando uma tutela mais adequada ao direito discutido;

CONSIDERANDO os artigos 67, 68 e 69 do Código de Processo Civil que instituíram a Cooperação Judiciária Nacional que determina o dever de recíproca cooperação entre todos os Órgãos do Poder Judiciário Nacional por meio dos seus juízes e servidores;

CONSIDERANDO que o Centro de Inteligência deve funcionar como um dos meios necessários à cooperação judiciária, visando uma solução mais adequada para as demandas repetitivas;

CONSIDERANDO a necessidade de se imprimir racionalidade e sustentabilidade na gestão de demandas repetitivas;

CONSIDERANDO a necessidade de implementação de uma melhor política de gestão do conhecimento aplicada à área judiciária.

CONSIDERANDO a grande quantidade de demandas individualizadas em que se discute uma mesma política pública, o que dificulta a realização de atos instrutórios com uma profundidade adequada à complexidade do caso;

CONSIDERANDO o princípio da segurança jurídica que tem como um dos seus corolários evitar julgamentos conflitantes para processos com mesma causa de pedir e pedido;

RESOLVE:

Art. 1º. Regulamentar no âmbito da Justiça Federal do Rio Grande do Norte a possibilidade de realização de instrução processual unificada, a fim de criar uma rede de colaboração entre todos os juízes na solução de problemas comuns.

Art. 2º. O juízo que receber uma demanda individual cujo objeto tenha grande probabilidade de multiplicação de processos, poderá propor a realização de uma instrução mais qualificada, com a realização de audiências, inclusive públicas, inspeções judiciais e perícias mais complexas.

Art. 3º. O juízo que tiver interesse em realizar a instrução unificada deverá comunicar ao Centro de Inteligência.

Art. 4º. O Centro de Inteligência, ao receber a comunicação da realização de instrução unificada, comunicará aos demais juízos federais.

§ 1º. Fica a critério de cada juízo o sobrestamento dos processos que versem sobre a mesma política pública discutida no processo paradigma, até a conclusão da instrução.

§2º. Qualquer juiz federal da Seção Judiciária do RN poderá propor a sua atuação de forma concertada na instrução unificada, visando o esclarecimento de algum ponto específico.

Art. 5º. Os demais juízos federais poderão compartilhar da instrução unificada, utilizando-a nos processos cujas pretensões girem em torno da mesma política pública daquele que foi realizada a instrução paradigma.

Art. 6º. O produto final da instrução será disponibilizado a todos os juízos federais através de ferramenta desenvolvida pelo Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação a ser disponibilizada na página eletrônica do Centro Local de Inteligência.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA, DIRETOR DO FORO**, em 28/02/2020, às 17:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1431640** e o código CRC **6778C87F**.